



Exercício: Segundo semestre de 2025

Município: Doutor Ricardo

Processo GPPE:

Totais

Grupo	Pontos
Grupo I - Programa de Educação Fiscal - PEF	24
Grupo II - Incentivo à emissão de Documentos Fiscais	30
Grupo III - Comunicação de Verificação de Indícios - CVI	10
Grupo IV - SITAGRO - Ficha Cadastral, Talões e Digitação de NFP	10
Grupo V - Programa de Combate à Sonegação - TVM	0
Total	74

Detalhamento dos pareceres

Ação	Parecer	Pontos
1.01	Deferido. Comprovada realização de Planejamento Semestral das ações do “Grupo I – Educação Fiscal” (mínimo 4 ações), datado e assinado por pelo menos três servidores, especificando as atividades a serem realizadas, os nomes dos servidores responsáveis e os respectivos prazos. *ATENÇÃO: Para a ação de planejamento praticada no primeiro semestre de 2026, será exigida, no mínimo, uma assinatura digital no documento, para comprovar a data de realização da reunião de planejamento.	3
1.02	Deferido. Jéssica Potrich (Controle Social-ENAP; Acesso à Informação-ENAP)	2
1.03	Deferido. Comprovado link permanente para os Boletins Informativos do PIT divulgado no portal da Prefeitura.	3
1.04	Deferido. Carlos Miguel de Oliveira Zenatti (Seminário Regional de Educação Fiscal de Teutônia EM 29 de Setembro); Tiago Ourives dos Santos (Seminário Regional de Educação Fiscal de Teutônia EM 29 de Setembro); Laudiana de Bortoli (Seminário Regional de Educação Fiscal de Teutônia EM 29 de Setembro).	3
1.05	Deferido. Apresentados documentos comprobatórios: declaração/ofício do(a) diretor (a) da escola, Projeto Pedagógico/plano de aula e, no mínimo, dois trabalhos de alunos contendo nome e data de realização das atividades.	10
1.06	Não solicitado.	0
1.07	Não solicitado.	0
1.08	Não solicitado.	0

Ação	Parecer	Pontos
1.09	Indeferido. Esta ação é válida para o semestre de sua realização e para o semestre seguinte. A Lei Orçamentária Anual apresentada é de dezembro de 2024, portanto, é válida para o segundo semestre de 2024 e para o primeiro semestre de 2025. Para pontuar no segundo semestre de 2025, é necessário comprovar a aprovação da Lei Orçamentária Anual com a destinação expressa de recursos para Educação Fiscal para o exercício de 2026. Recurso Administrativo. Inclusão de Lei 2285, de 23 de janeiro de 2026 - lei aprovada em janeiro de 2026 não pontua no segundo semestre de 2025. Pontuará no 1º semestre de 2026, desde que novamente solicitado. Recurso Indeferido.	0
1.10	Deferido. Comprovada divulgação no site da prefeitura de link permanente para devedores de ICMS do Município inscritos em Dívida Ativa.	3
2.01	Deferido. Comprovada realização da Campanha “\$ua nota vale prêmio\$”. Sorteio realizado em 29/08/25, publicado nas redes sociais do município em 10/12/25	10
2.02	A pontuação desta ação é calculada e incluída automaticamente pelo sistema.	18
2.03	Deferido. Comprovada divulgação no site da prefeitura de link permanente para os Programas NFG.	5
2.04	A pontuação desta ação é calculada e incluída automaticamente pelo sistema.	3
2.05	A pontuação desta ação é calculada e incluída automaticamente pelo sistema.	2
3	Deferido. Município encaminhou 3 CVI no semestre, sendo que 3 CVI foram consideradas válidas. Para pontuar essa ação, o mínimo de CVI válidas para o município é 2.	10
4	Deferido de ofício.	10
5.01	A pontuação desta ação é calculada e incluída automaticamente pelo sistema.	0
5.02	A pontuação desta ação é calculada e incluída automaticamente pelo sistema.	0
5.03	A pontuação desta ação é calculada e incluída automaticamente pelo sistema.	0

Discriminação das CVI

Protocolo	Nº CVI	Tipo da CVI	Inválida	Observação
25/228935	4	Saldo operacional		
25/228935	5	Saldo operacional		
25/228935	6	Saldo operacional		